

# Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo

**Almir Del Prette**

*Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.*

**A** compartimentalização do ensino em disciplinas, unidades, módulos, etc. tem promovido a percepção, especialmente do estudante, de que as áreas de comunicação são demarcadas por fronteiras que delimitam uma **práxis** única, facilmente reconhecível e inteiramente inconfundível. Algumas vezes essa percepção acompanha também o pesquisador dificultando a própria compreensão do objeto sob sua investigação. O conjunto de teorias de cada área apresenta diferentes pontos de vista sobre aspectos de um mesmo objeto e, assim, fornece elementos de originalidade e especificidades próprios. Apesar disso, a originalidade e especificidade que delimitam pontos fronteiros entre áreas, sob certos aspectos, não se sustentam como auto-suficientes, em termos de modelos amplos que dispensem o concurso advindo de áreas afins.

O intercâmbio entre as ciências é, ao que parece, uma realidade que pode ser observada no desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, na utilização de categorias de análise por diferentes áreas, no múltiplo aproveitamento de dados, na troca de tecnologia, etc. buscando-se um maior reconhecimento e domínio sobre um objeto de estudo e modelos explicativos mais abrangentes. O desenvolvimento desse intercâmbio possibilita a interação entre áreas de conhecimento, derivando novas abordagens como, por exemplo, Psicologia Fisiológica, Marxista; Antropologia Psicológica, etc.

Investigações no âmbito da Psicologia, Antropologia e Sociologia, para citar apenas algumas, reafirmam uma espécie de "solidariedade" necessária ao aprofundamento de seus estudos e abrem perspectivas ao desenvol-

vimento de métodos e técnicas de pesquisa e de ampliação de novos campos de investigação.

Um objeto de estudo que ilustra a necessidade e a relevância da integração entre algumas áreas do conhecimento é o estudo de grupos e movimentos sociais. Embora com longa tradição de pesquisa sobre grupo, a visão da Psicologia americana tem sido a de tomá-lo como comportamento entre indivíduos. Essa abordagem, ao que parece, tem desencorajado o estudo do comportamento coletivo como movimentos sociais, no qual as questões grupais necessariamente se colocam. Essa lacuna enfraquece qualquer contribuição da Psicologia para outras ciências que estudam o tema e se articulam como é o caso da Antropologia e Sociologia. Por outro lado, a Psicologia Social de tradição europeia oferece uma perspectiva alternativa ao estudo do fenômeno grupal, a do comportamento intergrupal, que se contrapõe às teorias de base interpessoal no trato dessas questões. Essa tradição europeia não tem recebido dos estudiosos do terceiro mundo, certamente por razões ligadas à "hegemonia do conhecimento americano" (que não será objeto de análise no momento), a atenção necessária a sua divulgação.

A importância do estudo de grupos e movimentos sociais justifica apresentar alguns dos pressupostos da teoria do comportamento intergrupal, esperando despertar o interesse para o estudo da Psicologia Social de tradição europeia e a pesquisa de tais temas cuja compreensão aponta para a possibilidade de integrar conhecimentos produzidos na Psicologia aos já existentes em outras áreas e, inversamente, promover o seu aprofundamento a partir da contribuição das outras ciências.

## **O grupo social**

O comportamento humano, e particularmente o comportamento humano envolvido na formação e nas relações entre grupos sociais, tem sido objeto de interesse de um amplo espectro de áreas de investigação que, embora com maior ênfase nas ciências humanas, estende-se também, por razões nem sempre óbvias de imediato, às áreas comumente denominadas de ciências biológicas ou físicas bem como àquelas que, de alguma forma, representam pontos intermediários entre os dois primeiros e os dois últimos conjuntos.

Parece ser concordância geral a importância de se ampliar o conhecimento sobre o comportamento humano e, na medida em que a sociedade humana é basicamente estruturada em grupos ("ninguém é uma ilha"), o estudo do comportamento não pode prescindir da noção do pertencimento a diferentes grupos e, portanto, de uma compreensão cada vez maior sobre o fenômeno grupal.

A apreensão da realidade de um grupo (pequeno ou grande) pode ser obtida através da análise da estrutura sócio-econômica, histórica ou política e, dependendo da área de investigação considerada, o conhecimento resultante apresentará as características e especificidades do nível de análise daquela área.

Tomando-se, por exemplo, a diferenciação da estrutura social em grupos e os conflitos daí derivados, as análises que levam em consideração os aspectos sócio-econômico-psicológicos respondem de maneira mais abrangente do que a ênfase em apenas um desses aspectos.

O estudo do fenômeno de grupo tem recebido muita atenção, embora o seu interesse venha decrescendo na Psicologia Social americana (11). As

“variáveis” denominadas coesão, atração, liderança, etc. têm sido exaustivamente estudadas como uma tentativa de especificação das “leis” de funcionamento grupal (2). Em geral esses estudos têm privilegiado a pesquisa com grupos pequenos enfatizando, quase sempre, o papel das relações interpessoais na formação, manutenção e atividade dos grupos sociais. Embora se possa considerar a importância desses estudos, as questões igualmente importantes decorrentes das relações entre membros de categorias sociais amplas como nações, classes, religiões, etc. têm recebido muito pouca atenção dos estudiosos em Psicologia.

#### Filiação grupal

A filiação e a participação em grupos são uma característica universal da vida em sociedade. O indivíduo se filia a diferentes grupos sociais e esse seu “pertencimento” a tais grupos influencia grande parte das relações a serem por ele desenvolvidas (17). O pertencer psicológico a um grupo apresenta características empíricas tidas como consensuais na Psicologia Social (16). A primeira característica é a perceptual, ou seja, algumas pessoas se definem e são por outras definidas como um grupo ao compartilhar uma

percepção de si mesma como uma entidade socialmente distinta, o “nós” em oposição ao “eles”; a segunda é a interdependência, que reside no fato de os membros do grupo proverem, entre si, a satisfação de suas necessidades (10); e a terceira característica é a da estrutura social, um grupo apresenta interações entre indivíduos que são organizadas e reguladas por um sistema de regras, normas, valores e *status* diferenciados e compartilhados.

Poder-se-ia argumentar, no entanto, que essas características são apropriadas quando se trata de grupos pequenos, podendo não satisfazer inteiramente quando se considera grupos amplos, como por exemplo uma nação. E de fato, a exceção da perceptual, as demais não se configuram como condição presente na maioria dos grupos amplos.

Tomando-se o questionamento acima e aplicando-o ao caso brasileiro, em analogia à exemplificação de Turner e Giles (17), pode-se dizer que este (grupo-nação) não forma um grupo emergente que tenha se iniciado com base em relações interpessoais, mas “aparece” como decorrência de uma realidade histórico-cultural. Nesse caso, tal categoria (o pertencimento ao grupo) é imposta, mesmo que não

satisfaça as necessidades do indivíduo e que seus membros não atuem cooperativamente. Apesar dessas considerações, o brasileiro (como outra categoria análoga) forma um grupo social não apenas no aspecto geográfico-econômico e político, mas no sentido psicológico-social. Em muitos casos, sob certas circunstâncias, o brasileiro compartilha emoções comuns e age de forma relativamente semelhante. Exemplos mais representativos seriam as comemorações que assinalam a Independência do País e as disputas internacionais de futebol, envolvendo a seleção nacional.

Dessa forma, a definição de grupo, com base na teoria do comportamento intergrupal (12), que inclui tanto grupo amplos como pequenos, seria a de um conjunto de pessoas que se designam e são por outros designadas como um grupo. Essa definição parece bastante apropriada, tanto aos estudos de Psicologia Social quanto aos de outras áreas de pesquisa. (\*) Tal defi-

---

Nesse sentido ver as definições correntes de grupos relacionados às principais correntes sociológicas e considerações sobre o tema, em: M. Horkheimer e T. W. Adorno (orgs) *Temas básicos de sociologia*. São Paulo Cultrix, 1973 (Cap. IV — O Grupo).



nição na base da característica perceptual apresenta três componentes: a) o cognitivo, identificado pela consciência de pertencer a um grupo; b) o avaliativo, que corresponde à valoração positiva ou negativa que se atribui a uma filiação qualquer; c) o emocional, que decorre da avaliação do próprio pertencer ao grupo.

A filiação a diferentes grupos sociais constitui a base para o desenvolvimento da identidade social do indivíduo. Esta identidade relaciona-se com o conceito que a pessoa tem sobre si mesma e é derivada das suas filiações. O indivíduo adquire a consciência de pertencer a um grupo e tende a diferenciá-lo dos demais, maximizando os seus aspectos positivos e classificando os outros segmentos sociais em termos valorativos. Quando a filiação a um grupo contribui negativamente para a sua identidade social pode ocorrer tentativas de abandonar o grupo e, na sua impossibilidade, o indivíduo procura melhorar o próprio status grupal em relação a outras categorias sociais.

#### **A influência da filiação grupal**

É possível pensar que os aspectos ligados a uma filiação particular influenciem o comportamento de uma pessoa em uma dada interação social. Por exemplo, a pessoa pode se comportar como pertencente à "Fiel corintiana", como estudante da universidade X, como membro de um movimento feminista, etc.

Dessa forma, conforme Tajfel (12), as interações sociais podem ser vistas em termos de um contínuo, onde, em um pólo se localizam as relações puramente intergrupais e, em seu oposto, as interpessoais. Na primeira extremidade referida ocorreria o encontro entre pessoas cuja interação é exclusivamente determinada pelas características de cada um dos integrantes. O pólo intergrupar refere-se ao encontro entre pessoas onde a interação é exclusivamente determinada pela filiação grupal. As oscilações entre os dois pólos da interação têm sido exemplificadas pelo cinema, onde personagens de grupos conflitantes mantêm relacionamento ora cordial e até amigável (com base na atração resultante de suas características pessoais), ora ríspido e até inamistoso (com base na filiação categórica dos interagentes).

A amplitude e a complexidade de toda interação social se movimentam de um extremo ao outro no contínuo (entre o pólo interpessoal e o intergru-

pal). Assim, quanto mais próxima for uma relação social do extremo interpessoal, maior tendência à variabilidade comportamental em relação aos membros de outros grupos, e quanto maior a proximidade ao extremo intergrupar haverá uma tendência a uma maior uniformidade comportamental.

#### **Crenças e normas**

Uma Psicologia Social voltada para o estudo do comportamento coletivo e de grupo, deve, necessariamente, levar em consideração a heterogeneidade do ambiente social, onde as pessoas se diferenciam ao pertencerem a diferentes grupos. Os grupos, além de desenvolverem uma subcultura própria nas suas relações, desenvolvem ou mantêm em seus membros um sistema de crenças e normas. O sistema de crenças explica para o indivíduo grande parte dos fenômenos do mundo físico e social e atua igualmente como determinante importante do comportamento. As crenças são desenvolvidas e mantidas no complexo das relações sociais, podendo servir como base para o controle de um grupo sobre o outro, para a dominação do Estado sobre indivíduos e grupos, mas também de reações a tais controles.

A estrutura de crenças sobre, por exemplo, a flexibilidade ou rigidez da estratificação social parece determinar, em parte, a natureza das relações entre os membros de diferentes grupos, se se faz a partir de uma base interpessoal ou a partir de uma base intergrupar. A crença na mobilidade social refere-se à percepção que o indivíduo tem de que ele pode melhorar a sua posição através da ação individual. A crença na estratificação social representa a percepção na impossibilidade de mudança de posição ocupada na sociedade e, nesse caso, pode desenvolver a idéia da ação coletiva como a única maneira de obter informações desejáveis (13).

O sistema de norma regula a vida social e é desenvolvido, por um lado, como uma imposição externa, com uma participação mínima dos indivíduos e grupos e, por outro lado, como produto da interação no grupo e entre este e outras categorias sociais.

As crenças se constituem um fenômeno de ligação do indivíduo ao grupo e isto significa que ambos se tornam realidades coletivas e individuais. Impossível pensar em crença não compartilhada, não experienciada ao nível de grupo, pelo menos em um sentido de representações coletivas antecedentes, isto é, "crenças herdadas" (3).

#### **Movimentos sociais**

Os movimentos sociais (MS) têm sido estudados na perspectiva de diversas ciências, como a Sociologia, a História e a Antropologia. Na Psicologia o estudo do tema é quase inexistente. Tajfel (12) revendo a literatura apontou para a escassez de estudos sob essa rubrica, à exceção dos trabalhos de Toch (14) e Toch e Milgran (15). Uma análise da literatura posterior à revisão desse autor, mostra que a situação pouco se alterou. Pode-se, no entanto, fazer menção ao trabalho de Reicher (9) que descreve uma rebelião (de St. Pauls) ocorrida em Bristol e a analisa em termos do modelo de identidade social da teoria do comportamento intergrupar.

Apesar de ter sido publicado há mais de duas décadas, o livro de Toch pode ser considerado como uma contribuição relevante no âmbito da Psicologia. O autor insere os movimentos sociais em uma classe mais ampla denominada de comportamento coletivo. Além de outros aspectos de interesse na área, como por exemplo, a questão da motivação, das crenças, etc., define movimentos sociais como um esforço na busca de mudanças na sociedade como um todo, ou de resistência a tentativas de mudanças.

Tajfel (12:46) aprofunda a discussão sobre o assunto definindo MS como "um esforço realizado por um grande número de pessoas que se definem e são freqüentemente definidos por outros como um grupo, para resolver coletivamente problemas que eles sentem terem em comum e que são percebidos como emergindo de suas relações com outros grupos". Assim, os MS podem ser entendidos ao nível de análise como um grupo amplo, que desenvolve fronteiras demarcadas em relação a outros conjuntos sociais e propõe mudanças na estrutura social ou resiste a tentativas de mudanças.

#### **À guisa de conclusão**

No Brasil, embora se tenha observado uma proliferação de ações coletivas, a literatura psicológica parece não ter registrado nenhuma análise sobre o fenômeno. Alguns movimentos ganharam inclusive adesão nacional, como foi o caso do movimento contra a carestia (1978) e o movimento pela eleição presidencial ("Diretas, já"). Certas questões relacionadas à ação coletiva parecem exigir explicações psicológico-sociais, como por exemplo, a motivação da filiação, a crença, a identidade individual-social, etc.

A base motivacional para a

emergência dos MS tem sido relacionada às contradições sociais, desenvolvendo-se, então, uma tradição derivada dos estudos de Castells (1) e Lojkine (6) que tem marcado a produção no país entre os movimentos sociais urbanos. Recentemente, a categoria "contradições sociais" vem sendo revista em termos de condição suficiente ao aparecimento dos MS (5), apontando-se também para fatores culturais.

Questões ainda em discussão na literatura sobre os MS parecem derivar da necessidade de intercâmbio entre as áreas de estudo: Tal intercâmbio é defendido por autores de vertente antropológica (4) e sociológica (8). A Psicologia, como reconhece Melucci (7), poderia igualmente contribuir com o seu nível de análise.

Defende-se, aqui, que o fenômeno do comportamento coletivo seja reassumido como objeto de estudo da Psicologia. Embora o quadro teórico possa não dar conta da complexidade inerente a esse objeto, a pesquisa empírica poderia suscitar necessidades de

articulações entre categorias derivadas de diferentes teorias psicológicas ou de outras áreas de conhecimento. A omissão da Psicologia aumenta a lacuna sobre o tema em seu campo e a distancia daquelas ciências que vêm enfrentando as questões colocadas pelo comportamento coletivo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTELLS, M. *Lutas urbanas e poder político*. Porto, Gráfica Firmeza, 1976.
2. CARWRIGHT, D. e ZANDER, A. *Dinâmica do grupo*. São Paulo, EPU, 1975.
3. DUCHAC, R. *Sociologia e Psicologia*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.
4. DURHAM, E.R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos — CEBRAP*, 10: 24-30, 1984.
5. KOWARICK, L. Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, 2, 65-78, 1984.
6. LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
7. MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information — Sur les Sciences Sociales*, 2, (19): 199-226, 1980.
8. NUNES, E. Carências urbanas e reivindicações populares — Notas. *Ciências Sociais, Hoje*, 37-52, 1986.
9. REICHER, S.D. The St. Paul's' riot: an explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*, 14: 1-21, 1984.
10. SHERIF, M. e SHERIF, C.W. *Groups in harmony and tension*. New York, Harper & Co. Ltd., 1953.
11. STEINER, I. D. Whatever happened to the group in social psychology? *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 94-108, 1974.
12. TAJFEL, H. *Differentiation between social groups*. New York Academic Press, 1978.
13. TAJFEL, H. *Human groups and social categories*. New York Cambridge University Press, 1981.
14. TOCH, H. *The social psychology of social movements*. Londres Methuen & Co. LTD, 1965.
15. TOCH, H. e MILGRAN, S. Collective behaviour: crowds and social movements. In LINDZEY, G. and ARONSON, E. (eds) *Handbook of Social Psychology*. Addison-Wesley, Reading, Mass Klesler, C.A. 1969.
16. TURNER, J.C. Social identification and psychological group formation. Em: TAJFEL, H. (ed). *The social dimension*. New York Cambridge University Press, 1984.
17. TURNER, J.C. e GILES, H. Introduction: the social psychology of intergroup behaviour. In: TURNER, J.G. e GILES, H. (eds). *Intergroup behaviour*. Chicago, The University of Chicago Press, 1981.

## Leitura

### A loucura do trabalho.

Júlia Abrahão

Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília.

Encontramos nesta obra de Christophe Dejours — *A loucura do Trabalho*, Oboré Editorial, 1987 — uma abordagem do trabalho até então pouco usual entre os profissionais da área de Psicologia Organizacional — o binômio organização do trabalho - saúde. O eixo central sobre o qual se construiu o livro traz em sua base o pressuposto que: "a organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico".

Através de pesquisas realizadas em diferentes setores da produção, Dejours ilustra de forma clara os diferentes mecanismos de defesa utilizados pelos trabalhadores. Esses mecanismos permitem sobreviver ao sofrimento imposto pela organização do trabalho vigente. Em outras situações o autor demonstra como esse mes-

mo sofrimento é recuperado pelas empresas em prol da produtividade.

É interessante ressaltar da análise do autor a identificação não só dos mecanismos de defesa ocupacional defensiva de caráter individual, mas também a ideologia ocupacional coletiva vigentes em determinadas áreas de produção. Ao resgatar a dimensão coletiva do sofrimento e as regras impostas pelo grupo para a execução das tarefas, Dejours nos remete diretamente a um questionamento da forma como o trabalho é organizado.

Crítico ferrenho do Taylorismo e seus múltiplos desdobramentos em matéria de organização do trabalho, o texto ilustra com exemplos oriundos do cotidiano do trabalho, aspectos tais como a insatisfação oriunda do

conteúdo significativo e do conteúdo engonômico do trabalho.

Na relação do trabalhador com a organização do Trabalho, além das estratégias defensivas, do sofrimento e da sua exploração, é interessante observar ainda a identificação do medo presente em diferentes situações de trabalho; e esse medo se desdobra de forma diferenciada conforme a relação tarefa-organização do trabalho.

Resta como ponto fundamental da psicopatologia do trabalho a questão: a exploração do sofrimento pode ter repercussões sobre a saúde dos trabalhadores, do mesmo modo que podemos observar com a exploração da força física?

Contrariamente ao que parece sugerir o título da obra, não se pode provar uma patologia mental decorrente do trabalho. Uma das hipóteses do trabalho de Dejours coloca a organização do trabalho como causa de uma fragilização somáti-

ca, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental. Nós pensamos que por aí se abre um grande campo de investigação para a verificação dessas hipóteses, com a vantagem de agrupar diferentes campos de atuação da psicologia, indispensáveis a um melhor conhecimento das relações homem-situação de trabalho.

O livro traz, em seu anexo, um modelo de metodologia em psicopatologia do trabalho, útil na operacionalização e bom guia no desenvolvimento de uma intervenção, deixando evidentemente um espaço para a adaptação à nossa realidade brasileira com peculiaridades diferentes da francesa.

A proposta que permeia todo o livro não é a de criar novos homens, mas encontrar soluções que permitiriam pôr fim à desestruturação de um certo número deles, pelo trabalho.